

## O carioca diferenciado

TERÇA, 30 DE OUTUBRO

**Grupo "Projeto de Segurança de Ipanema" contraria respostas do Governo sobre Linha 4 do Metrô**

Um grupo formado por moradores da zona sul de São Paulo, liderado por Fabiana Izaga, contraria as respostas do governo sobre o projeto de construção da Linha 4 do Metrô. O grupo, conhecido como "Projeto de Segurança de Ipanema", afirma que o plano de segurança não atende às necessidades da comunidade e que o metrô não é a prioridade para a região.

# Não no meu quintal

Urbanista critica moradores que se opõem a estação de metrô em Ipanema e diz que linha favorecendo a Barra não é prioridade

FELIPE WERNECK  
RIO

“Árvore é desculpa”, diz a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no Rio, Fabiana Izaga. O comentário é sobre o argumento ambiental usado por um grupo de moradores que se opõe às obras para instalação de uma estação de metrô na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, na zona sul, promessa do governo para 2016.

O grupo, liderado pelo Projeto de Segurança de Ipanema, reuniu duas dezenas de pessoas munidas de colheres e panelas na praça em um protesto na semana passada. Os moradores juram que não são contra o metrô e garantem que querem apenas preservar a praça. “Acho essa discussão muito ‘nimb’ (not in my backyard, não no meu quintal). Querem o benefício do transporte, mas não o transtorno da obra”, acredita Fabiana, especialista em mobilidade urbana. Ela critica também a decisão do governo do Estado de expandir o metrô em direção à Barra e não para a zona norte, onde vive a maior parte da população. Leia a seguir trechos da entrevista.

### Transtornos

“Falta amadurecimento para a vida em sociedade. O mix é que é bom. É natural reagirem, mas depois essas mesmas pessoas vão gostar de que o empregado possa usar o metrô, e o apartamento delas vai valorizar umas cinco vezes. É importante que as pessoas se coloquem, que a discussão evolua. Mas metrô é um benefício, elas estão sen-

do presenteadas. É como negar favela. Muitas pessoas não gostam de favela, mas preferem que o empregado more na Rocinha, na zona sul, e não em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

### Higienópolis

“Achei muito bom o contramovimento que houve em São Paulo. Teve o movimento dos que não queriam o metrô. E depois o movimento das pessoas que tinham um pouco mais de noção de como é viver em sociedade e fizeram aquele churrasquinho.

### Lucro

“O metrô está passando justamente na orla, de Ipanema até a Barra, porque vai ter demanda. Isso é muito interessante para o operador da linha, mas é péssimo para a cidade. Porque está tirando o transporte de quem mais precisa. Não é que seja ruim fazer essa linha, mas é uma questão de prioridade. Quem mora na orla pode pagar e vai se movimentar em outros horários além daquele de maior demanda. O operador da linha vai ter mais lucro.

### Estratégia

“Existe uma estratégia, mas não é a melhor para a cidade. A prioridade deveria ser a área onde mora a maior parte da população. Na Barra ainda há muito terreno livre, de propriedade privada. Estão beneficiando quem, levando transporte de ótima qualidade para lá? Quem tem terreno livre, e não a cidade como um todo. Depois que passar Copa e Olimpíada, será que vamos ter uma economia que sustente novos investimentos? O momento certo para fazer o prioritário era agora. Foi o que Barcelona fez. Eles disseram: vamos investir onde a gente sabe que é difícil. Aqui é tudo meio esgarçado, não tem muito planejamento.

### Zona norte

“O interesse privado está predominando

**Liderado por moradores, o Projeto de Segurança de Ipanema obtém uma liminar judicial que suspende as obras da Linha 4 do metrô. Para outros moradores, o Projeto quer impedir a chegada de “gente diferenciada” ao bairro da zona sul do Rio.**



**Panelaço.** Grupo contra estação afirma querer só preservar praça, mas, para arquiteta, ‘árvore é desculpa’

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



### Ponto por ponto Fabiana Izaga

PROFESSORA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRJ E VICE-PRESIDENTE DO IAB-RIO

nesses investimentos em direção à Barra. Senão, estariam investindo na zona norte (área mais pobre), em melhorar as estações e transformar os trens em metrô. A população não aguenta pegar os trens de subúrbio. O serviço é péssimo. Se o cidadão tem um pouco de dinheiro e um financiamento para comprar carro, ele paga R\$ 250 por mês para viver com mais dignidade. A frota de trens no Rio tem mais de 60 anos. Tinha que pegar parte desse dinheiro e colocar na zona norte. São 2,5 milhões de pessoas. Seria mais importante que levar o metrô até a Barra, onde vivem 600 mil. O IAB tem uma posição clara. Defendemos o melhor para a cidade. Se há uma área onde mora a maior parte da população e que já tem infraestrutura, por que botar para o outro lado? É o bom senso. Mas existe o interesse imobiliário. A área do entorno do Parque Olímpico da Barra virou um grande canteiro de obras. Estão colocando nova infraestrutura no lugar errado. O projeto olímpico reforça a desagregação da cidade. Poderiam ter feito tudo na área do porto.

### Trens

“A prioridade deveria ser transformar o serviço de trens e fazer uma rede com o metrô, interligando uma área que já tem infraestrutura e permitindo mais alternativas

de mobilidade. Essa é a boa cidade. No Rio, a gente está refém do carro. E o metrô já está superlotado. Eles sabem que tem demanda e estão carregando mais a linha. As pessoas vão andar de metrô no Rio como sardinha em lata. Se hoje a demanda até Ipanema já está esgotada, imagina quando for até a Barra. É bem possível que já saia de lá cheio. O que pode melhorar é a operação, o intervalo hoje está em 5 minutos e pode chegar a menos de 2. Nos trens, a espera vai de 15 minutos a meia hora. Mesmo melhorando, o metrô vai chegar cheio na zona sul. Os operadores vão adorar, e os cidadãos vão ter um serviço péssimo. Nos trens, são levados como carne de açougue. Se podem, vão para o carro, porque o trem é degradante. É um modelo insustentável.

### Modelo

“Nossas cidades cresceram em 40 anos o que cidades europeias demoraram 100. Foi muito rápido, com base no carro e sem planejamento. Até os anos 1940, o que guiou foi o trilho. Toda a zona sul foi aberta a partir do bonde. O primeiro túnel permitiu a incorporação de Copacabana. Nos anos 1960, muda-se para o vetor rodoviário. O Rio é fruto disso. O metrô replica o trajeto de ruas. Em Paris ou Londres, há uma rede que dá outras alternativas.”

## Salve geral

TERÇA, 30 DE OUTUBRO



**A Polícia Militar descobre uma central de espionagem do Primeiro Comando da Capital (PCC) na favela de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo. Nos arquivos da quadrilha, foi encontrada uma lista de policiais civis e militares marcados para morrer.**

# Matemática da violência

Na guerra entre a PM e o PCC, o homicídio é calculado e inscrito numa disputa que escancara a ineficiência de uma ‘política de segurança’ calcada em alicerces frágeis

CAMILA NUNES DIAS

“Apropalada eficiência da política de segurança paulista vem desmoronando, sobretudo nos últimos seis meses, tal qual um castelo de cartas diante de um simples toque. A metáfora do castelo de cartas é adequada para expressar a arquitetura frágil e as bases precárias das principais ações elencadas para justificar a “eficiência” dessa política: a expansão do encarceramento e o investimento na Polícia Militar, com o aumento do efetivo policial e a compra de viaturas e equipamentos.

A drástica redução das taxas de homicídio em São Paulo durante a última década é o principal resultado atribuído à eficiência na condução da política de segurança estadual e é, de fato, um feito inédito, pelo seu alcance e pela velocidade com que ocorreu. Em que pese todo o investimento na política militar e no aumento do número de presos, contudo, a conta não fecha. Não há argumentos suficientes para estabelecer uma relação de causalidade entre esses fatores e, em razão



disso, uma pluralidade de elementos é mobilizada para tentar explicar o feito: alteração na composição demográfica da população, campanha pelo desarmamento e trabalho assistencialista de ONGs na periferia.

Embora não seja possível discutir todos esses fatores, é possível sugerir reflexões. Sobre o aumento do encarceramento, por exemplo. Os presos condenados por homicídio não chegam a 14% da população prisional de São Paulo, o que torna difícil a sustentação do argumento de que o encarceramento é fator explicativo da sua redução, tendo em vis-

**Paraisópolis.** Policiais do Comando de Operações Especiais procuram criminosos na maior favela de São Paulo

ta que os outros tipos de crimes têm mantido uma tendência de aumento constante e que, a despeito disso, perfazem o delito pelo qual responde a grande maioria da população carcerária (furto, roubo e tráfico de drogas).

Voltemos, porém, à questão inicial: a mais recente crise da segurança paulista e a fragilidade da política de segurança pública estadual. A eficiência reivindicada pelo governo estadual nessa área só consegue se constituir como um discurso factível se e na medida em que mantém a invisibilidade daquilo que, volta e meia, volta à cena, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

A recusa frenética das autoridades em admitir a existência e a força do PCC é compreensível. Tratado como tabu, ele representa a principal ameaça ao discurso da eficiência e é, ao mesmo tempo, o elemento chave tanto para a compreensão da redução das taxas de homicídio quanto para o cenário de crise atual, marcado pelo enfrentamento entre criminosos e policiais militares.

O “fator PCC” na redução das taxas de homicídio deve ser compreendido a partir de uma visão mais ampla da sua hegemonia no cenário criminal paulista e da dinâmica engendrada a partir daí. Criado dentro do sistema carcerário de São Paulo em 1993, o PCC se consolidou dentro e fora das prisões e se constitui, hoje, como o mais importante grupo criminoso atuante no Brasil, tendo o tráfico de drogas como seu carro-chefe. Controlando direta ou indiretamente a quase totalidade do comércio de drogas ilícitas em São Paulo, o PCC se constitui, também, uma “agência reguladora” da economia criminal, impondo regras, observando seu cumprimento e punindo sua transgressão. Considerando a dinâmica violenta que marca o mercado varejista de entorpecentes, é difícil negar que a existência de uma instância de distribuição dessas mercadorias e de regulação dos

conflitos decorrentes produza um impacto considerável no nível de violência física, refletido diretamente nas taxas de homicídios.

Mas a hegemonia do PCC e a estabilidade daí decorrente são dependentes de um equilíbrio precário, sustentado num tripé: ausência de disputas internas à organização, inexistência de grupos rivais e, finalmente, tensas acomodações com o poder público, através da relação com a administração prisional e as forças policiais. A terceira ponta do tripé apresenta a maior fragilidade e volta e meia se quebra, produzindo a ruptura desse equilíbrio e a implosão da estabilidade, desencadeando espirais de violência física, expressa empiricamente no aumento dos homicídios.

Essa ruptura pode ocorrer em razão de uma infinidade de fatores e, em geral, decorre de uma conjunção deles. No caso atual, tudo sugere que a concentração do combate à facção nas mãos do grupo de elite da PM paulista, elevando os confrontos diretos e resultando num elevado número de criminosos mortos, foi decisiva para a detonação do frágil equilíbrio que sustentava a manutenção das taxas de homicídios nos patamares mais baixos da história recente de São Paulo.

O atual ciclo de violência expressa claramente a origem desse desequilíbrio a partir da forma que ele adquire, de uma guerra entre a PM e o PCC. Os toques de recolher, as emboscadas, as execuções sumárias e as chacinas compõem um cenário em que o homicídio é estrategicamente calculado, inscrito numa disputa de poder que segue a lógica do extermínio e escancara, de forma perversa, a ineficiência de uma “política de segurança” calcada em alicerces frágeis, passíveis de desmoronar ao menor e mais suave movimento.

\* CAMILA NUNES DIAS É PROFESSORA DA UFABC E PESQUISADORA ASSOCIADA AO NEV-USP